

Ciencias Sociales. Contextos nacionales y perfiles institucionales de sus unidades académicas” é um trabalho sumamente informativo no qual, através de uma investigação original, se explicam as diferenças nacionais de cada uma das unidades dessa instituição criada na metade dos anos 50 que instalou-se em vários locais, além da América Latina. O artigo de Anthony Layne relata a experiência da West Indies University, instituição com quarenta anos de existência e que, apesar de ter origens no colonialismo britânico, tomou impulso na fase independentista das nações caribenhas. De grande interesse é conhecer a trajetória de uma instituição compartilhada por diferentes países em que se concretizou, pela primeira vez, a idéia de um multicampus internacional. Encerra esta seção o trabalho de Ricardo Sol sobre as vicissitudes do projeto de integração universitária na região centro-americana. Nesse artigo são relatadas a origem e as diferentes etapas atravessadas pelo Conselho Superior Universitário Centroamericano (CSUCA) desde 1948 — de particular interesse é a avaliação da conjuntura atual e os projetos em desenvolvimento que visam reforçar seus objetivos de integração na zona centro-americana.

O capítulo sobre os processos em marcha é o mais amplo da obra, porque nele é relatada a variedade de esforços que estão tendo lugar em diferentes partes da região. O primeiro capítulo, de Carmem Garcia Guadilha, realiza um inventário das principais instituições, associações, redes e programas que na atualidade existem na América Latina e no Caribe e que têm em comum o objetivo de vincular projetos acadêmicos sobre uma

plataforma internacional. O trabalho de Sylvie Didou apresenta um panorama das iniciativas de cooperação acadêmica européia na América Latina, tema que é importante, dado o impacto favorável que vem obtendo a projeção de projetos de cooperação acadêmica surgidos no contexto da constituição da União Européia. As implicações e efeitos da integração comercial norte-americana sobre os sistemas universitários da região do Merconorte são avaliados por Elia Marum Espinoza. Por sua parte, Marília Costa Morosini analisa os processos de integração educativa e de integração universitária, em particular no marco do Mercosul. Para o leitor, resulta muito interessante a comparação entre esses processos que estão tendo lugar nos extremos do continente e em que o tema da assimetria entre os países associados dá lugar a uma complexa dinâmica da qual a educação superior não está alienada. Terminam esse capítulo dois trabalhos que se referem a projetos específicos de integração em curso: o caso da Associação de Universidades do Grupo Montevideo, que é estudado por Diana Levin de Sborovsky, e do Convênio Andres Bello, referido por Alvaro Campo Cabral. O artigo de Levin informa a trajetória da AUGM, assim como os projetos específicos que se estão implantando por meio desse grupo regional, da mesma forma o trabalho de campo gira em torno das iniciativas de integração universitária latino-americana e faz notar a importância que tem a integração vertical, isto é, aquela que ocorre entre os diferentes ciclos e níveis que compõem o sistema educativo em conjunto.

Na última seção do livro, dedicada às perspectivas da integração universitária latino-

americana, é apresentado o texto “Reformulación de la cooperación internacional en la educación superior en América Latina y el Caribe”, elaborado por um grupo de especialistas coordenados por Axel Didriksson e que elegeu como documento-base para a discussão sobre cooperação acadêmica regional no marco da reunião preparatória da Conferência Mundial de Educação Superior que se realizou em Havana, em 1996.

Além de ser, como se afirmou, uma obra importante pela atualidade do tema que trata, tem o mérito de obter um bom equilíbrio tanto na forma como no conteúdo. O panorama que apresenta permite ao leitor ter uma idéia muito completa da variedade de estratégias de integração universitária na região, de sua história e de suas possibilidades futuras. Os autores reunidos nessa coleção se encontram entre os principais especialistas do tema na Argentina, Barbados, Brasil, Costa Rica, Colômbia, Venezuela e México, o que faz do livro, em si mesmo, um bom exemplo de cooperação internacional.

Cristina Benitez

Universidad Autónoma de México

(Tradução de Marília Morosini)

*Conferência Mundial sobre
Educação Superior.*

UNESCO, 5 a 9 de outubro
de 1998.

Na primeira semana de outubro de 1998 teve lugar na sede principal da UNESCO a Conferência Mundial sobre Educação Superior, que coroou um processo de trabalho iniciado em 1995 com a publicação do documento sobre a política da organização intitulado “Mudança e desenvolvimento na educação

superior". Entre 1996 e 1998, realizaram-se conferências regionais em diferentes partes do mundo, com o propósito de recolher, das comunidades de académicos, dirigentes, grupos da sociedade civil, entidades governamentais e outros atores sociais, os pontos de vista sobre quatro temas principais: relevância, qualidade, financiamento e administração e cooperação. Com essa agenda temática, tiveram lugar as conferências de Havana (novembro de 1996), Dacar (abril de 1997), Tóquio (julho de 1997), Palermo (setembro de 1997) e Beirute (março de 1998). Além disso, foram organizadas duas outras reuniões de especialistas em nível regional: a reunião com o Conselho da Europa (Estrasburgo, julho de 1998) e a reunião de países da América do Norte (abril de 1998), com a participação do Canadá e Estados Unidos e a presença de representantes do México e Porto Rico.

Esse programa teve como resultado importante quantidade de documentos entre declarações, conclusões, atas e outros textos que, tomados em conjunto, oferecem uma visão bastante completa e atual dos problemas da educação superior no mundo e, o que é mais importante, propõem uma gama de soluções e alternativas para enfrentar os desafios educativos do século XXI.

Complementarmente, e em apoio aos trabalhos da Conferência Mundial, a UNESCO realizou um trabalho de síntese estatística intitulado *World Statistical Outlook on Higher Education: 1995-1998*, cuja versão final foi publicada apenas em maio de 1998. Realizou-se, também, um trabalho de síntese dos resultados e produtos das conferências regionais e das reuniões de especialistas, que deu lugar aos documentos de trabalho para a

Conferência de Paris. Entre os principais, merecem menção: "A educação superior no século XXI: visão e ação. Resumo" (9 de junho de 1998); "Com vistas a uma Agenda 21 para a educação superior" (julho de 1998); "Padrão para a ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento da educação superior" (21 de agosto de 1998); "Declaração mundial sobre a educação superior para o século XXI: visão e ação" (21 de agosto de 1998) e, finalmente, "A educação superior no século XXI: visão e ação. Documento de trabalho" (29 de agosto de 1998).

Foram preparados, também, os documentos de base para os debates temáticos que tiveram lugar paralelamente às sessões da Conferência Mundial, nos quais foram tratados aspectos tais como a educação e a cultura, as novas tecnologias de informação, a visão dos estudantes, o papel da mulher, o desenvolvimento humano sustentável, a educação para a paz, a problemática do emprego, o papel da pesquisa educacional, entre outros.

O conjunto de documentos da Conferência constitui um acervo de grande valor, não só por seu caráter estratégico, isto é, como base para a definição de referenciais de política educativa no ensino superior, principal propósito da reunião, como também do ponto de vista académico, de tal modo se baseiam eles em análises sérias e em profundidade sobre os principais problemas e desafios que a educação superior enfrenta no mundo de hoje e diante do futuro. A discussão presente nesses textos é bastante rica e muito sugestiva, sobretudo porque a perspectiva geral que a anima é, ao mesmo tempo, crítica e propositiva.

Como era de se esperar, os documentos elaboram sobre os

temas apontados pelo texto de 1995, não obstante, em cada um deles, alcançar-se um nível de desenvolvimento dos temas e de aprofundamento da análise realmente notáveis; além disso, esses textos sobressaem-se pela explicitação dos compromissos valorativos e até mesmo políticos que, em cada caso, fundamentam as orientações e posturas apresentadas.

Antes de mais nada, resenhar o conteúdo desse pacote de documentos é árduo, se se considerar que se trata de documentos de síntese. Não obstante, vamos referir-nos particularmente a um deles que ilustra, em boa medida, o sentido geral da discussão e de seus temas principais, deixando ao leitor interessado a tarefa de consultar o restante dos textos.

O documento "Com vistas a uma Agenda 21 para a educação superior" sintetiza os desafios e as tarefas para o próximo século, vistos à luz dos resultados das conferências regionais. Ele se inicia com um elenco das missões que a universidade contemporânea e os sistemas de ensino superior cumprem e deveriam aprofundar no futuro imediato. Assim, indica-se, em primeiro lugar, que "a missão eminente da educação superior é servir à pessoa humana e à sociedade"; que "através de sua função de pesquisa, seus cursos de estudo e treinamento, suas atividades cooperativas e suas alianças com vários setores sociais, a educação superior está convocada a dar uma contribuição essencial na abertura e iluminação de novos caminhos para um futuro melhor da sociedade e do indivíduo e para dar direção e orientação a esse futuro". Com base nesses princípios, o ensino superior tem duas grandes missões: "participar ativamente da solução

dos principais problemas globais, regionais e locais (como pobreza, fome, analfabetismo, exclusão social, exacerbação das desigualdades nos níveis nacionais e internacionais, a ampliação do afastamento existente entre os países industrializados e os países em desenvolvimento, e a proteção do meio ambiente), e trabalhar intensamente na geração de propostas e recomendações que promovam o desenvolvimento humano sustentável, a ampliação do conhecimento, o respeito universal pelos direitos humanos, a igualdade de direitos para mulheres e homens, a justiça e a aplicação de princípios democráticos dentro de suas próprias instituições e na sociedade, a compreensão entre as nações, e entre as etnias, religiões, culturas e outros grupos, em favor de uma cultura de paz e não-violência, e na construção de uma solidariedade intelectual e moral”.

Considera-se, também, ser fundamental a missão tradicional de manter, incrementar e difundir conhecimentos através da pesquisa e da criação intelectual, bem como o ensino e a difusão desses conhecimentos. Essa missão deve incluir a tarefa de “desenvolver capacidades endógenas para adquirir e aplicar conhecimentos existentes e para criar novo conhecimento”, assim como é também tarefa da educação superior “educar cidadãos responsáveis, informados e ativos, bem como especialistas altamente qualificados”.

Acrescenta-se que uma das missões mais importantes da educação superior é a que corresponde aos aspectos éticos e culturais: “preservar e afirmar a identidade cultural, promover a criação e propagação de valores culturais, proteger e estimular a diversidade cultural e participar ativamente do desenvolvimento da

compreensão intercultural”. Finalmente, assinala-se que a educação superior deve “contribuir para a implementação da aprendizagem permanente e para todos”; neste sentido, a educação superior tem uma “grande responsabilidade relativamente ao sistema educacional em seu conjunto e quanto às atividades educativas da sociedade”.

A seguir, o documento enfatiza a importância de que os sistemas de educação superior estabeleçam e harmonizem relações com as diferentes instâncias que compõem a sociedade e o Estado. Salienta o papel estratégico das parcerias (*partnership*) entre as instituições de ensino superior e os diferentes atores sociais para promover o desenvolvimento de tais instituições com a perspectiva de alcançar níveis mais altos de pertinência social e para promover a noção de co-responsabilidade no empreendimento educativo.

Em seguida, é abordado no documento o tema das inovações que é necessário estimular para que o ensino superior possa enfrentar com êxito os desafios de um mercado de trabalho que demanda maiores competências e conhecimentos, bem como a necessidade de que a maioria da população conte com eles. Um desafio que se esboça no horizonte é o de como fazer chegar a educação superior aos grupos e setores que precisam ser atualizados para enfrentar as novas condições de emprego. Nessa discussão, é essencial a noção de aprendizagem permanente (*lifelong learning*) e as ações de diversificação e flexibilidade aparecem como respostas viáveis na reforma requerida.

O tema do acesso ao ensino superior ocupa lugar central no documento da Agenda 21. Esse é um

ponto em que, de diferentes perspectivas, os documentos produzidos pelas conferências regionais convergiram quando indicaram que: “Todas as pessoas devem contar com a possibilidade, em qualquer etapa de sua vida, de ter acesso à educação e de contar com uma oportunidade para retornar à vida universitária (Havana); é importante estender e diversificar oportunidades para que cada cidadão seja beneficiário de educação superior, competências e conhecimentos (Tóquio); a diversificação da demanda implica a diversificação institucional, assim como novas políticas e flexibilidade para garantir o acesso (Palermo); são necessárias medidas especiais para facilitar o acesso daqueles que tenham ingressado na vida de trabalho ou tenham tido necessidade de abandonar prematuramente os estudos (Beirute); são necessárias políticas orientadas para metas específicas para incrementar o número e a taxa de participação de mulheres no ensino superior, na docência e nos postos de responsabilidade, bem como nas carreiras de ciência e tecnologia (Dacar)”.

Em seguida, o documento aborda o tema dos estudantes e dos professores universitários, reconhecendo que são eles “os protagonistas principais da educação superior”. Assinala-se que, ainda que reconhecendo o potencial das tecnologias do ensino à distância, a interação professor-estudante e as relações entre estudantes, enquanto contatos humanos, são formativas e educativas em tal grau que acabam sendo determinantes da qualidade e dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem.

Relativamente aos estudantes, destaca-se a importância de que estes “desempenhem um papel ativo nas

instituições de ensino superior”, e que esse papel seja reconhecido pelas instituições e se traduza na abertura de possibilidades de os estudantes e as organizações estudantis participarem da tomada de decisões e do projeto de cursos de ação. Ressalta-se que “tudo quanto diz respeito aos estudantes interessa aos professores e vice-versa”, de maneira que a formação e a atualização do corpo docente constitui um aspecto essencial para conseguir elevar os níveis de qualidade educativa. Além disso, reconhece-se que “a participação dos professores na pesquisa, bem como o vínculo entre pesquisa e ensino é essencial para garantir a qualidade e a eficiência da educação superior, para contribuir para o progresso do conhecimento e para desenvolver capacidades endógenas de pesquisa e de pesquisa e desenvolvimento”. Esse capítulo se encerra com um destaque sobre a necessidade de incrementar a mobilidade dos professores e estudantes nos planos nacional, regional e internacional, bem como a necessidade de desenvolver redes institucionais que facilitem o intercâmbio e a mútua certificação de conhecimentos.

O ponto seguinte considera os temas da autonomia e responsabilidade (*accountability*), liberdades acadêmicas, objetividade e rigor intelectual. A esse respeito é ressaltado que “as liberdades acadêmicas da educação superior e sua ampla autonomia são essenciais para que as instituições possam desempenhar sua missão” e indica-se, também, que a autonomia pressupõe responsabilidade perante a sociedade.

O documento finaliza com um anexo sobre as funções de pesquisa e antecipação. De início, indica-se que “a pesquisa constitui uma missão fundamental e uma função principal

da educação superior”, que a tarefa de fazer avançar o conhecimento e centrá-lo na solução de problemas sociais fundamentais é responsabilidade das instituições, mas também dos acadêmicos em particular. Assinala-se, além disso, que as instituições de ensino superior devem ter recursos suficientes para pesquisar e que o Estado é o principal responsável na tarefa de financiar a pesquisa, ainda que outros agentes sociais devam também assumir compromissos com essa tarefa. Finalmente, indica-se que a “antecipação é uma tarefa relevante da educação superior”, no sentido de que as universidades devem assumir a função de antecipar as necessidades e exigências futuras das sociedades em que se encontram, a fim de oferecer alternativas aos desafios que se percebam.

Nos demais documentos citados, encontram-se desenvolvimentos mais amplos, que vão do conceitual ao operacional e da análise crítica a proposições de caráter indicativo. A coleção completa de documentos pode ser copiada do endereço eletrônico da UNESCO, em: <http://www.education.unesco.org:80/educprog/wche/>

Roberto Rodríguez Gómez

(Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira)

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sonia Goldefeder.¹

Bernard Lahire, professor de sociologia da Universidade Lumière de Lyon II, na França, e pesquisador do CNRS — Centro Nacional de Pesquisa Científica —, investiga,

neste trabalho, casos de sucesso, mas também situações problemáticas, de alunos de aproximadamente 8 anos, oriundos das camadas populares. O problema básico que norteia sua investigação é a busca da compreensão de “diferenças secundárias” entre famílias populares que se assemelham do ponto de vista de certas variáveis objetivas, como baixos níveis de escolaridade e de renda, mas cujos filhos apresentam resultados escolares bastante diferentes. Para o autor, há nesse fenômeno “um mistério a ser elucidado”, uma vez que o sociólogo tende a se limitar às grandes regularidades sociais.

As perguntas que se seguem expressam a problematização de Lahire em relação a esse fenômeno:

“Quais são as diferenças internas aos meios populares suscetíveis de justificar variações, às vezes consideráveis, na escolaridade das crianças? O que pode esclarecer o fato de que uma parte delas, que tem probabilidade muito grande de repetir o ano no curso primário, consegue escapar desse risco e até mesmo, em certos casos, ocupar os melhores lugares nas classificações escolares?” (p. 12).

O material empírico da pesquisa originou-se das seguintes fontes: entrevistas com 26 famílias em seus domicílios e notas etnográficas sobre cada um dos contextos de entrevista; entrevista, na escola, com cada uma das crianças selecionadas (que cursavam o equivalente à segunda série de ensino fundamental brasileiro); entrevista, no início e no final do ano letivo, com cada uma das sete professoras do grupo de alunos pesquisados; entrevista com os diretores das quatro escolas envolvidas, localizadas na periferia da cidade francesa de Lyon. O autor utilizou-se do expediente de